

JUCESP

11 06 19

22

INSTRU

TERCEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO  
SOCIAL DE LENOVO COMERCIAL E  
DISTRIBUIÇÃO LIMITADA

CNPJ: 22.797.545/0001-03

NIRE: 35.229.313.60-3

JUCESP PROTOCOLO  
0.597.284/19-2

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

I. **LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA**, sociedade empresária limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.275.920/0001-61 e com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão de 3 de março de 2005 sob o NIRE 35.219.820.251, com sede na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal José Costa de Mesquita nº 200, módulos 5 a 10, Chácara Alvorada, CEP: 13.337-200, neste ato representada por seus Diretores, Srs. **RICARDO MACHADO TILTSCHER**, cidadão brasileiro, casado, diretor de serviços, portador da cédula de identidade RG nº 14.418.094 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 062.848.038-50; e **RICARDO HORÁCIO BLOJ**, cidadão brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da cédula de identidade RG nº 75.421-19 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 088.503.398-10, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 11, Torre A, 3º e 4º andares, Bairro Lapa de Baixo, CEP 05.069-010; e

II. **LENOVO (BELGIUM) SPRL**, sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis da Bélgica, com sede em Airport Garden Building, Bessenveldlaan 19-21, 1831 Diegem, Bélgica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.737.969/0001-17, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **HELOISA MARIA PECORALI LEITE**, cidadã brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de São Paulo ("OAB/SP") sob o nº 268.415 e inscrita perante o CPF/MF sob o nº 325.475.778-52, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Werner von Siemens, nº 111, Prédio 11, Torre A, 4º andar, CEP 05.069-010,

na qualidade de sócias representando a totalidade do capital social de **LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA**, sociedade empresária limitada, com sede na Estrada Municipal José Costa de Mesquita, nº 200, módulo 11, Chácara Alvorada, CEP: 13.337-200, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.797.545/0001-03 e com seu Contrato Social arquivado na JUCESP em sessão de 07 de julho de 2015 sob o NIRE 35.229.313.60-3 (a "Sociedade");

**RESOLVEM**, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com os seguintes termos e condições:





## I. ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

1.1. As sócias resolvem eleger os Srs. (i) **Augusto Rosa Filho**, cidadão brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade RG nº 17.761.750 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 172.010.888-90; e (ii) **Daniel Furlan Nicolini**, cidadão brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 26.832.601 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº ~~277.777.608-31~~ 277.777.608-31, ambos residentes e domiciliados na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 11, Torre A, 3º e 4º andares, Bairro Lapa de Baixo CEP: 05.069-010, para compor a administração da Sociedade como Diretores sem designação específica.

1.2. Em razão da resolução acima, o *caput* do artigo 9º do Contrato Social é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação:

*"ARTIGO 9º. A Sociedade é administrada pelos Srs. (i) Fabio de Souza Lima, cidadão brasileiro, casado, bacharel em Marketing, portador da cédula de identidade RG nº 20.388.311 e inscrito no CPF/MF sob o nº 101.466.998-74; (ii) Lissandra Shiramizu, cidadã brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 20.509.341 e inscrita no CPF/MF sob o nº 164.983.868-94; (iii) Augusto Rosa Filho, cidadão brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade RG nº 17.761.750 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 172.010.888-90; e (iv) Daniel Furlan Nicolini, cidadão brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 26.832.601 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.777.608-31, todos residentes e domiciliados na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 11, Torre A, 3º e 4º andares, Bairro Lapa de Baixo, CEP: 05.069-010 e designados como Diretores sem designação específica."*

## II. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

2.1. Por fim, as sócias decidem aprovar a consolidação do Contrato Social, conforme segue:

### CONTRATO SOCIAL DA LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA

#### CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, LEI APLICÁVEL, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

**ARTIGO 1º.** A Sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA** e rege-se pelo presente Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei das Sociedades por Ações.

**ARTIGO 2º.** A Sociedade tem sede e foro jurídico na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal José Costa de Mesquita, nº 200, módulo 11, Chácara Alvorada, CEP: 13.337-200.

**PARÁGRAFO 1º** – A Sociedade possui filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na



Rua Werner Von Siemens, 111 – Prédio 11, Torre A, Sala 31-A e Sala 31-B, 3º Andar, Lapa de Baixo, CEP: 05069-010, a qual opera como escritório administrativo.

**PARÁGRAFO 2º** – A Sociedade poderá, por deliberação das sócias, abrir, transferir e/ou encerrar filiais no Brasil ou no exterior.

**ARTIGO 3º.** A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.

## **CAPÍTULO II OBJETO SOCIAL**

**ARTIGO 4º.** A Sociedade tem por objeto:

- (a) a venda, a importação e a exportação de equipamentos de informática, periféricos e softwares, bem como a prestação de serviços de manutenção, instalação, integração e assistência técnica em equipamentos de informática, prestação de serviços técnicos e profissionais;
- (b) a venda, importação, exportação, locação, comércio atacadista e varejista, produção, prestação de serviços de rádios, controles de som, gravadores de som, televisores de plasma, televisores de cristal líquido, roteador, impressoras, DVD's (digital versatile disc), gravadores de CD e DVD, câmeras fotográficas digitais, baterias, telefonia celular, equipamentos para TV a cabo, incluindo sistemas de codificação, decodificação e gerenciamento, decodificadores para TV via satélite e TV digital terrestre (set-top-box), máquinas calculadoras e computadores eletrônicos, estabilizador, periféricos, monitores para computadores, incluindo os de cristal líquido, equipamentos e componentes elétricos e eletrônicos;
- (c) a comercialização, importação, exportação, locação, comércio atacadista e varejista de reprodutores de som, telecomunicadores, toca-discos, televisores, alto falantes, amplificadores de som, microfones, sistemas de som, relógios, micro-ondas e pen drives;
- (d) a comercialização, importação, exportação de placas de circuito impresso em laminados fenólicos/Epóxi, placas de circuito impresso montada, fibras de vidro e circuito flexível em Kapton e polimida, produtos de telecomunicações, dispositivo de cristal líquido para televisores e monitores de vídeo;
- (e) a prestação de serviços, manutenção e assistência técnica relacionada aos produtos da sociedade;
- (f) a comercialização de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves; e



110359

11 03 19  
CAPÍTULO III  
CAPITAL SOCIAL

**ARTIGO 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e créditos, é de R\$945.859.423,00 (novecentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte e três reais), dividido em 945.859.423 (novecentas e quarenta e cinco milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, quatrocentas e vinte e três) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre as sócias:

SÓCIAS	Nº DE QUOTAS	VALOR NOMINAL (R\$)
LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA	945.859.422	945.859.422,00
LENOVO (BELGIUM) SPLR	1	1,00
TOTAL	945.859.423	945.859.423,00

**PARÁGRAFO ÚNICO** - De acordo com a lei, a responsabilidade de cada sócia é limitada ao valor de suas quotas, mas ambas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

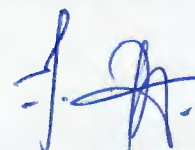
**ARTIGO 6º.** As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações das sócias.

**PARÁGRAFO 1º** – Exceto se de outra forma exigido por lei ou disposto neste Contrato Social, as deliberações das sócias serão tomadas por sócia(s) representando a maioria do capital social, inclusive a que dispuser sobre a transformação da Sociedade em outro tipo societário.

**PARÁGRAFO 2º** – As sócias desde já renunciaram expressamente ao direito de retirada em caso de mudança de tipo societário.

**ARTIGO 7º.** A transferência, total ou parcial, de quotas do capital social a terceiros não será permitida sem o consentimento prévio, por escrito, da sócia majoritária, a qual terá, em igualdade de preço e condições, prioridade na sua aquisição, tal prioridade devendo ser exercida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da oferta feita, por escrito, pela sócia alienante.

**PARÁGRAFO 1º** – Caso o prazo de 30 (trinta) dias, acima mencionado, expire sem que tenham sido efetivamente adquiridas todas as quotas oferecidas, a sócia autora da oferta poderá transferir a terceiros tais quotas não adquiridas, desde que: **(a)** tal transferência seja efetuada nos mesmos termos e condições da oferta inicial; **(b)** o terceiro a quem as quotas sejam cedidas ou transferidas seja aceito pela sócia majoritária; e **(c)** a cessão ou a transferência seja efetuada no prazo de até 20 (vinte) dias contados do término do prazo de 30 (trinta) dias inicialmente dada à sócia majoritária. Se tais quotas não forem cedidas ou transferidas dentro do prazo e de acordo com as condições aqui estabelecidas, elas estarão novamente sujeitas a todo o procedimento acima descrito.





JUCESP

**PARÁGRAFO 2º** – Para os efeitos deste artigo 7º, os "mesmos termos e condições" devem ser entendidos como aqueles que resultem em um mesmo desembolso financeiro para a cedente, qualquer que seja o adquirente previsto no parágrafo anterior, para tanto corrigindo-se o preço inicial da oferta por índice que reflita a efetiva perda do poder aquisitivo da moeda nacional no período entre a oferta e a efetiva aquisição.

**ARTIGO 8º.** As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas por qualquer sócia sem a prévia e expressa anuência, por escrito, da sócia majoritária. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a sociedade.

#### **CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 9º.** A Sociedade é administrada pelos Srs. (i) **FABIO DE SOUZA LIMA**, cidadão brasileiro, casado, bacharel em Marketing, portador da cédula de identidade RG nº 20.388.311 e inscrito no CPF/MF sob o nº 101.466.998-74; (ii) **LISSANDRA SHIRAMIZU**, cidadã brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 20.509.341 e inscrita no CPF/MF sob o nº 164.983.868-94; (iii) **AUGUSTO ROSA FILHO**, cidadão brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade RG nº 17.761.750 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 172.010.888-90; e (iv) **DANIEL FURLAN NICOLINI**, cidadão brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 26.832.601 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.777.608-31, todos residentes e domiciliados na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 11, Torre A, 3º e 4º andares, Bairro Lapa de Baixo, CEP: 05.069-010 e designados como **DIRETORES** sem designação específica.

**PARÁGRAFO 1º** – Os Diretores têm mandatos por prazo indeterminado e permanecerão em seus cargos até que venham a ser destituídos e/ou substituídos por deliberação de sócia(s) representando, no mínimo, o quórum exigido por lei.

**PARÁGRAFO 2º** – Os Diretores poderão receber uma remuneração, a título de "pró-labore", que será fixada por deliberação de sócia(s) representando a maioria do capital social e levada à conta de despesas gerais da sociedade.

**ARTIGO 10º.** Observado o disposto nos artigos 11 e 12 do Contrato Social, os Diretores terão poderes para administrar e gerir os negócios sociais e representar a Sociedade para todos os fins, da seguinte forma:

- (a) pela assinatura de quaisquer 02 (dois) Diretores agindo em conjunto;
- (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais e agindo dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato;
- (c) pela assinatura de 2 (dois) procuradores com poderes especiais, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos nos respectivos instrumentos de mandato; ou



(d) pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor ou de 1 (um) procurador constituído para representar a Sociedade, este último quando assim previsto no respectivo instrumento de mandato e somente na extensão dos poderes que nele se contiverem, ressalvado, entretanto, que tal representação individual da Sociedade será limitada à prática de atos de rotina perante repartições públicas, inclusive a Secretaria da Receita Federal, seus postos, inspetorias e agências; e de atos como representante da Sociedade em juízo, podendo, inclusive, representar a Sociedade como prepostos ou nomear prepostos.

**PARÁGRAFO 1º** – A Sociedade poderá, ainda, em caráter eventual, ser representada e obrigar-se, na prática de atos ou na assinatura de contratos específicos, pela assinatura isolada de qualquer um dos Diretores ou de um procurador especialmente constituído, desde que tal representação seja prévia, específica e expressamente autorizada por sócia(s) representando a maioria do capital social.

**PARÁGRAFO 2º** – Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão assinadas por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto e, exceto nos casos de procurações outorgadas a advogados, para representação da Sociedade em processos administrativos ou judiciais, terão prazo de validade determinado, podendo ser substabelecidas apenas nos casos e condições estabelecidos em cada uma delas.

**ARTIGO 11º.** As seguintes matérias dependerão, para sua implementação e como condição de sua validade, da prévia e expressa autorização, por escrito, de sócia(s) representando a maioria do capital social, salvo quando quórum maior for exigido por lei ou pelo presente contrato social:

- (i) a modificação do presente Contrato Social;
- (ii) a incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- (iii) a designação dos administradores;
- (iv) a destituição dos administradores;
- (v) o modo de remuneração dos administradores;
- (vi) o pedido de recuperação judicial;
- (vii) a aprovação das contas da administração; e
- (viii) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

**ARTIGO 12º.** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pelos Diretores, por procuradores ou por empregados da Sociedade que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade, tais como avais, fianças, endossos e



JUCESP

outras garantias em favor de terceiros, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados por escrito, por sócia(s) representando a maioria do capital social.

JUCESP

## CAPÍTULO V REUNIÃO DAS SÓCIAS

**ARTIGO 13º.** As sócias reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e sempre que o interesse social assim o exigir. Entretanto, qualquer deliberação que demandar a manifestação das sócias poderá ser tida como validamente tomada, independentemente de realização de Reunião, se expressa mediante instrumento escrito, firmado por sócias representando a totalidade do capital social.

**PARÁGRAFO 1º** – As Reuniões das Sócias serão convocadas por qualquer um dos Diretores e, nos casos previstos em lei, pelas sócias, através de carta registrada, fax, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a ambas as sócias, com a antecedência, mínima, de 8 (oito) dias. Considerar-se-á dispensada a convocação quando ambas as sócias comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e Ordem do Dia.

**PARÁGRAFO 2º** – As Reuniões das Sócias serão instaladas com a presença de titular(es) de quotas representando, no mínimo, a maioria do capital social, e serão presididas e secretariadas por Presidente e Secretário escolhidos pela(s) sócia(s) presente(s).

**PARÁGRAFO 3º** – Uma sócia poderá fazer-se representar nas Reuniões das Sócias por outra sócia ou por advogado, mediante outorga de procuração, com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

**PARÁGRAFO 4º** – A Sociedade manterá um livro de Atas das Reuniões das Sócias, no qual as Atas das Reuniões das Sócias serão lavradas.

## CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

**ARTIGO 14º.** O exercício social se encerra em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação das sócias em Reunião das Sócias. O lucro então verificado terá a destinação determinada pela(s) sócia(s) representando a maioria do capital social.

**PARÁGRAFO 1º** – As Demonstrações Financeiras serão disponibilizadas às sócias dentro de 10 (dez) dias após terem sido concluídas, prazo esse que não excederá a 30 de abril do exercício seguinte.

**PARÁGRAFO 2º** – A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação de sócia(s) representando a

f. w. f. H.



JUCESP

maioria do capital social, ser distribuído às sócias ou capitalizado.

11 08 19

## CAPÍTULO VII

### CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

**ARTIGO 15º.** A retirada, a falência ou recuperação judicial ou extrajudicial de qualquer sócia não acarretará a dissolução da sociedade. Em qualquer destas hipóteses, as quotas da sócia que se retira, falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, serão adquiridas pela sociedade, se as condições do momento assim permitirem, ou pela sócia remanescente, pelo valor contábil das quotas, apurado com base em balanço especialmente levantado para tal fim. Tais quotas serão pagas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do levantamento do referido balanço patrimonial. Em qualquer hipótese, a sócia remanescente deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, recompor o quadro social com terceiros.

## CAPÍTULO VIII

### EXCLUSÃO DE SÓCIA

**ARTIGO 16º.** Por deliberação da sócia majoritária tomada em reunião especialmente convocada para esse fim, a sócia minoritária poderá ser excluída da sociedade, por justa causa. A sócia minoritária deverá ser notificada com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis da data da realização da reunião para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Uma vez aprovada a exclusão da sócia minoritária, suas quotas serão adquiridas pela sociedade, se as condições de momento assim permitirem, ou pela sócia majoritária, pelo valor patrimonial de referidas quotas, constante do último Balanço Patrimonial levantado pela sociedade. Eventual pagamento devido será efetuado em até 3 (três) parcelas, mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente até seu efetivo pagamento de acordo com o índice então estabelecido pelas autoridades governamentais para refletir a desvalorização da moeda nacional no período. A sócia majoritária deverá recompor a Sociedade com terceiros dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

## CAPÍTULO IX

### LIQUIDAÇÃO

**ARTIGO 17º.** No caso de liquidação da sociedade, o procedimento estabelecido em lei será adotado e observado, com a nomeação, por sócia(s) representando a maioria do capital social, de um ou mais liquidantes para operar a Sociedade durante a liquidação.

## CAPÍTULO X

### ALTERAÇÕES NO CONTRATO SOCIAL

**ARTIGO 18º.** Este Contrato Social poderá ser alterado, em qualquer de seus artigos e a qualquer tempo, mediante deliberação de sócia(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.



JUCESP

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Indaiatuba (SP), 18 de março de 2019.

**LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA**  
p. RICARDO MACHADO TILTSCHER e RICARDO  
HORÁCIO BLOJ

**LENOVO (BELGIUM) SPRL**  
pp. HELOISA MARIA PECORALI LEITE

**AUGUSTO ROSA FILHO**  
Diretor Eleito

**DANIEL FURLAN NICOLINI**  
Diretor Eleito

**TESTEMUNHAS:**

1. Juliana F. Maia  
Nome: Juliana Felix Maia  
RG: RG. 41.474.142-0  
CPF: CPF 329.455.438-93

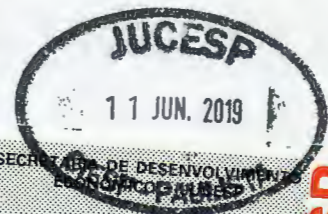
2. Angelina Mariza Kernchen  
Nome: Angelina Mariza Kernchen  
RG: RG: 29.259.771-x  
CPF: CPF: 365.259.468-16

**24º SUBDISTRITO - INDIANÓPOLIS**  
Escritório de Registro Civil

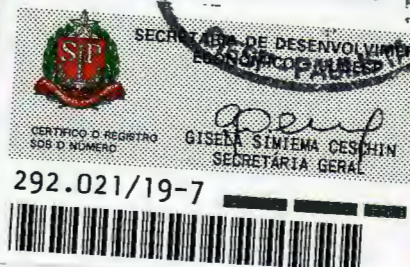
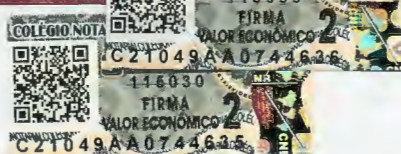
Selo(s): 2 Ato: AA-0744635 | AA-0744636 | 1 Ato: AB-0124280  
Reconheço, por Semelhança, as firmas de: (1) RICARDO MACHADO TILTSCHER, (1) RICARDO HORACIO BLOJ, (1) HELOISA MARIA PECORALI LEITE, (1) AUGUSTO ROSA FILHO e (1) DANIEL FURLAN NICOLINI, com valor econômico, conforme padrão depositado nesta Serventia.  
São Paulo, 18 de março de 2019.  
Em testemunho da verdade.

CRSPN 24º INDIANÓPOLIS (Valor Único) - 115030  
Firma por: RONALDO

AVENIDA DOS EUCALIPTOS, 679



24º SUBDISTRITO REGISTRO CIVIL  
"INDIANÓPOLIS"  
Alex Moreira Santos Junior  
ESCREVENTE AUTORIZADO



JUCESP



## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

**AUGUSTO ROSA FILHO**, cidadão brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade RG nº 17.761.750 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 172.010.888-90, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 11, Torre A, 3º e 4º andares, Bairro Lapa de Baixo, CEP 05.069-010 eleito como DIRETOR da **LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA**, sociedade empresária limitada, com sede na Estrada Municipal José Costa de Mesquita, nº 200, módulo 11, Chácara Alvorada, CEP: 13.337-200, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.797.545/0001-03 e com seu Contrato Social arquivado na JUCESP em sessão de 07 de julho de 2015 sob o NIRE 35.229.313.60-3, declara, sob as penalidades da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, ou pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Indaiatuba (SP), 18 de março de 2019.



**AUGUSTO ROSA FILHO**  
DIRETOR

24º SUBDISTRITO - INDIANÓPOLIS  
Marcelo Aparecido da Silva  
ESCREVENTE AUTORIZADO

**24º SUBDISTRITO - INDIANÓPOLIS**  
*Tracema Coquetim Miral - ORIGINAL*

Selo(s): 1 Ato: AB - 0473937  
Reconheço, por Semelhança, a firma de: (1) AUGUSTO ROSA FILHO,  
sem valor econômico, conforme padrão depositado nesta  
Serventia.  
São Paulo, 26 de março de 2019.  
Em testemunho da verdade.

ORCPN 24º - INDIANÓPOLIS (Valor: Unit. R\$ 1,20, Valor Total R\$ 6,24)  
Feito por: PAULOR

**FIRMA**  
S.11049AB0473937

24º SUBDISTRITO - INDIANÓPOLIS  
ESTADO DE SÃO PAULO  
AVENIDA DOS EUROS  
15037-000  
IN: 004-1515  
VALIDO SOMENTE COPIA

